

P A R A U M A SOCIEDADE ACTIVA

VOLUME 1 Nº 1 JUNHO 98

EDIÇÃO: GRAAL

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
IV PROGRAMA PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES
ENTRE HOMENS E MULHERES - DG V CE (1996 - 2000)



ECOS DAS AUDIÇÕES DE ABRIL

Fundação Cuidar o Futuro

NO QUADRO do projecto Para uma Sociedade Activa, duas Audições Públicas tiveram lugar - a primeira a 18 de Abril na Biblioteca Municipal de Ovar e a outra a 21 de Abril, em Lisboa, na Sala do Senado da Assembleia da Republica.

Estiveram presentes trinta testemunhas que ali foram falar abertamente sobre as suas vidas e experiências, dando, assim, muitas e diferentes perspectivas sobre a questão da reconciliação da vida profissional e da vida familiar. Para além do testemunho, contribuíram também com pistas e medulas concretas para a procura de soluções nessa matéria. Os testemunhos foram organizados de acordo com os seguintes seis painéis temáticos: Os Jovens, O Trabalho (incluindo os sindicatos e as "empresas amigas da família"), O Movimento Associativo, A Imigração, A Escola e a Vivência Familiar. Sete questores, todos figuras eminentes nas suas várias áreas de trabalho, formularam algumas questões após a audição das testemunhas. No total, cerca de 500 pessoas assistiram às duas Audições.

As Audições Públicas chamaram a atenção do público em geral.

E foram vários os jornais locais e nacionais que se debruçaram sobre este evento e os jornalistas que fizeram análises relevantes sobre o tema. Neste número divulgamos alguns desses artigos.



O texto que se segue foi elaborado pela Dra. Teresa Joaquim, professora na Universidade Aberta e um dos membros da equipa de questores que esteve presente em ambas as Audições Públicas. Em forma de sonata, com três andamentos/movimentos, e com "palavras belas e expressivas", somos confrontados/as com o que se disse e ouviu.

MOVIMENTO I - O ESPANTO DAS VOZES

NO PRINCÍPIO devo falar do espanto: diante de pessoas a falarem em seu nome próprio, em nome de uma comunidade, em nome de grupos já esquecidos ou silenciados.

Falar do espanto diante da afirmação de vidas de mulheres e homens, de situações desconhecidas, recalcadas, violentas ... a afirmação de não se ter tempo para pensar, quanto mais mudar a vida. Ou, como foi dito, não se ter tempo para pensar e para se ser feliz.

Ouvir pessoas, aprender a ouvir pessoas, nos meandros das frases, das palavras, dos ritmos, das intensidades, da vibração que se põe em cada palavra. Ouvir pessoas e ser atravessada por essa palavra certa, prática, pragmática, em que o pensamento ao tempo para ele - é tão afirmativo como o agir e fazer comida, de ajudar a colega, de cuidar dos filhos.

Ouvir pessoas, as suas afirmações, ouvir também os que estavam ao meu lado percorrerem o fio da sua questão, do seu ponto de vista, como uma outra perspectiva sobre o que foi testemunhado.

Ser atravessada pelas palavras de tal modo que, para além de ouvir, elas invocam, convocam o meu silêncio - uma palavra plena - que não permite uma outra fala sobre ela porque não há mais nada a dizer.

Falar também do rodópio do quotidiano, das teias das relações e das paisagens, dos conflitos, invocando a presença, para mim fascinante quando andava no liceu - do que era a democracia, a política, e aqui, na escolha deste tipo de escuta, em torno de uma Audição Pública, nesta escolha política, houve a aproximação palpável de um lugar de encontro de palavras, da democracia na sua dinâmica plural, múltipla, polifónica. Houve como que o evocar de movimentos, de gentes, de lutas, de aprendizagens, de gestos.

Houve o ecoar de textos, como este, por exemplo, de Maria Velho da Costa:

"A história não se repete, mas é sempre comovente ver um povo retomar em mãos, com angústia e hesitação e pobremente, os seus próprios destinos, os seus modos preferidos de navegar os ventos da história" (Cravo: 92-93)

MOVIMENTO II - "COMEÇAR A ANDAR CONFORME OS CAMINHOS"

O PRINCÍPIO: o espanto diante das vozes. Agora, os percursos que foram descritos ao longo das Audições, percurso do trabalho, da escola, transportes, fábrica, sindicatos, afectos, lugares de encontro. A festa. A necessidade do lugar para a festa, deter tempo para conviver com os amigos, com os filhos. De fazer em conjunto. De transformar um bairro.

Os percursos propostos criando uma geografia de vidas que se pensaram espartilhadas entre o trabalho e/ou a família, entre a vida pública e/ou privada, entre homens e mulheres. E de repente é esta própria geografia que parece alterada: a família, já não sabemos o que é. O trabalho não existe para uns e existe em excesso para outros em cargas horárias exorbitantes. Condições de trabalho que se pensava já não existirem. Escolas em que a função de aprendizagem em certos meios tem menos importância que como espaço de ocupação, de tempos livres, de um sítio de que se gosta. *"Essa escola que vive connosco dentro de casa"*. Como se tudo estivesse em mudança, a navegar.

MOVIMENTO III:

"COMO SE LEVEDA UMA SOCIEDADE?"

DEPOIS das vozes e dos percursos que criaram um lugar, numa terra que tem nome, e tem história, com as suas convulsões e as suas calmarias. Hoje, na sociedade portuguesa, nesta terra, após um período conturbado, festivo, criativo e de mudança, desejouse a calma, a organização, a estruturação. Hoje, passado esse período, é necessário repensar o momento que vivemos, a sociedade que estamos a construir; ou antes, que comunidade construímos, atravessada por migrantes de dentro e de fora.

Gente pois, em mudança de lugar, de sítio. Gente que quer mudar de vida. Gente que fez uma aprendizagem rápida da democracia formal e que agora

NOTÍCIAS DE OVAR

A «Conciliação entre a vida familiar e profissional» em audição pública em Ovar, organizada pelo GRAAL!



No âmbito do projecto «PARA UMA SOCIEDADE ACTIVA», integrado no IV Programa para igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres da União Europeia, que o subsidia, o Movimento GRAAL realizou no dia 18/Abril, na Biblioteca Municipal, uma audição presidida pela Eng.^a Maria de Lurdes Pintassilgo, co-adjuvada pelos peritos sociais, Augusto Santos Silva, Maria Helena Araújo, Alfredo Bruto da Costa, Maria Helena Araújo, Teresa Joaquim, Adelino Gomes, Heloísa Perista e Regina Mendes da Silva, para abordagem do tema: «A Conciliação das Responsabilidades Profissionais e Familiares de Homens e Mulheres».

O inítróito da sessão, foi animado pelo Grupo Coral do Orfeão, que deli- ciou os presentes com uma magnífica interpretação de «N'OUBLIE JAMAIS e ALELUIA», de Haendel, saudada com uma salva de palmas e elogios da En- genheira, como complemento do tema que ia ser abordado.

O Graal é um movimento inter- nacional de apostolado leigo, inici- ado na Holanda em 1921, que pro-

cura a união do espírito e da acção, para aprofundar, estimular e cana- lizar a contribuição da mulher na vida familiar e profissional, e se dedica especialmente aos sectores, catequético, social e cultural, liga- dos entre si quanto ao objectivo: a família e a comunidade.

A sessão foi um desbobinar inter- minável de carências que afectam a vida das mulheres, tais como: -as injustiças de que são alvo as trabalhadoras, pro- dutoras de riqueza na fábrica e repro- dutoras no lar, obrigadas a fazer horas

extraordinárias para não serem dispen- sadas, negação dos mais elementares direitos às trabalhadoras em várias in- dústrias, incumprimento da legislação pelos patrões, incompatibilidade de ho- rários de trabalho, falta incentivos em- presariais à vida privada, o aumento para uma ano do tempo de licença de parto, falta de tempo das mulheres para cuidar dos filhos, partilha da responsabilidade familiar, não participação cívica, criação de espaços de lazer para cri- anças, criação de salas e jardins em blo- cos habitacionais, necessidade de remu- neração das tarefas domésticas, promo- ção duma cultura de lazer, etc., etc..».

É arrepiante a lista de injustiças, de que sofrem certas mulheres!

Nestes tempos em que se entoam tantas loas à democracia, como é possí- vel tanta injustiça? Que democracia é esta! Quantos políticos, magistra- dos, empresários já terão estado presentes nas audições, encontros e debates organizados pelo Graal, e ouvido lancinantes testemunhos! Teriam eles visto do os seus compa- rteses. Que não é o Graal, am tom das ou se pense tomar para os remedia- ar?

Presos a legalismos obsoletos que ninguém respeita, por desconectados da vida real, com tanta injustiça na socie- dade louca em que vivemos, obcecada pela criação de riqueza material, não é de admirar que esta continue a aumen- tar na razão directa do aumento do empobrecimento dos sentimentos huma- nos!

Aí está um excelente tema para uns e outros se debruçarem: conciliação da vida familiar com a profissional., como elemento chave para a igualdade de oportunidades e resolução do problema do emprego, em vez de passarem a vida nas costumadas tricas e boboséiras!

A relevância que estas questões re- vestem para a felicidade do homem e da mulher não mereceria uma mais cuidada divulgação?

É certo que o Graal não tem poupa- do a esforços na divulgação do projecto, em encontros com jornalistas, síndica- tos, grupos de parquianos, catequistas, jovens mulheres, grupos cívicos, asso- cições culturais, centros de idosos e adolescentes, contactos com empresá- rios, publicação de artigos em jornais, entrevistas na rádio e televisão, etc. O que denota bem quão abrangente tem sido a sua acção.

É certo que se anunciou nos jornais, que o Movimento Graal ia realizar uma audição nacional, em Ovar, para um debate sobre a questão da concilia- ção das responsabilidades profíssi- onais e familiares dos homens e mulheres. É certo que a sala da Bibli- oteca registou uma enchente inusitada, apenas com o senão de, a grande maio- ria ter vindo de fora.

Se o cidadão comum estivesse mel- hor informado sobre as actividades do Graal, com certeza muitos mais vareiros teriam acorrido à audição. Foi pena! E uma questão não pode deixar de le- vantar-se: vivendo a sociedade ao arpe- gio das exigências da vida moderna e do disposto no ar.^o 59.^o da Constituição da República, que consagra o «direito à conciliação da actividade profissional com a vida familiar», terá a mensagem chegado à classe dos responsáveis e das vítimas do errado conceito de que a mulher se deve dedicar exclusivamen- te à gestão da vida privada familiar e o homem apenas à da vida pública?

Por curiosidade, tirei-me de cuida- dos e perguntei a várias pessoas o que é o Graal; todas foram unânimes: nen- huma o conhecia! Contudo, que bem lhes faria ouvir os testemunhos viven- ciais e alertas, que vários milhares de pessoas já tiveram oportunidade de ouvir em rádios locais.

Dos testemunhos uma conclu- são se pode retirar; Se de facto to- dos os homens e mulheres almejam a felicidade, bom será ouvirem muitas audições do Movimento Graal; que se crie uma nova cultu- ral empresarial e novas estruturas de apoio às crianças e idosos, se redefina a organização e partilha do tempo de trabalho, que para ga- rantir o emprego desorganiza vid- as, sacrifica a família e o lazer. Enfim, mudar a forma como pensa- mos e questionar a forma como vi- vemos, descobrir novos valores e uma linguagem capaz de os expri- mir.

BEM HAJA O GRAAL. POR OBRI- GAR HOMENS E MULHERES A QUESTIONAR OS PAPEIS ATRIBUI- DOS A UNS E A OUTRAS!

Ovar, 23/Abril/1998

Mário F. Carapinha



PÚBLICO

sociedade 14 TERÇA-FEIRA, 21 ABRIL 1998

Barbara Simões

A sociedade que banalizou a expressão "estar stressado" dá agora voltas à cabeça para descortinar o que é que pode ser feito para que o modo como vivemos não seja irremediável. A conciliação entre o trabalho e a vida familiar é hoje tema de uma audição pública na sala do senado da Assembleia da República. A primeira foi no sábado, em Ovar.

CILIAÇÃO RESPONSABILIDADES ILARES E PROFISSIO



As audições públicas iniciadas em Ovar prosseguem hoje na Assembleia da República

Fundação Cuidar o Futuro

Maria de Lourdes Pintasilgo preside as audições públicas

“São precisas rupturas fundamentais”

PÚBLICO — Acredita mesmo que o modo como vivemos não é irremediável?

MARIA DE LOURDES PINTASILGO — Acredito, mas acho que são precisas rupturas fundamentais.

P. — Que passam sobretudo por quê?

R. — Em primeiro lugar, por uma modificação radical da organização do trabalho, de modo que seja uma maneira de realização das pessoas e expressão da sua solidariedade com os outros na sociedade e que deixe de ser uma forma de opressão e de exploração, como vimos aqui [na audição pública em Ovar].

Em segundo, precisamos de alterar radicalmente os termos do entendimento do que é a partilha da vida familiar. Aos homens é preciso garantir a possibilidade de expressarem cuidado pelos outros, ternura, atenção e todas as tarefas que têm que ver com as necessidades de cada membro da família; às mulheres é preciso garantir um tipo de responsabilidade familiar que não seja exclusiva, para que também possam

conciliar a vida familiar e a profissional.

P. — Onde residem os principais entraves a essa mudança?

R. — Alguns na permanência de modelos antigos de funcionamento da família e da sociedade, pensando-se que o que diz respeito à vida privada é da responsabilidade das mulheres e o público é dos homens. É claro que o trabalho de tomada de consciência requer medidas legislativas que permitam, aos homens e às mulheres, a execução, dentro da própria família, das responsabilidades para as quais são sensibilizados e que isso seja compatível com a sua vida profissional.

Um terceiro ponto seria a reorganização do tempo de trabalho e da partilha do trabalho.

P. — O que é que a impressionou mais nesta audição pública?

R. — A forma vibrante como as mulheres reagiram a tudo o que foi apontado para terem uma vida com mais qualidade e mais possibilidade de felicidade. ■ B.S.



O FIO DO HORIZONTE

Eduardo Prado Coelho

Não é irremediável

VIVEM os políticos na obsessão de tratar dos “problemas concretos” das pessoas. E são sinceros — eles sabem que é por aí que podem vencer. Mas sucede muitas vezes que, emparedados entre gabinetes de governação e salas ululantes de comícios, não conseguem encontrar o “concreto” — e já não são capazes de olhar ao pé da porta.

Há alguns anos, Pierre Bourdieu lançou uma equipa no encalço de discursos e falas capazes de exprimir, num antes humilde de toda a política, aquilo que na vida das pessoas é lugar e marca de sofrimento quotidiano. Deste trabalho resultou um livro intitulado “A Miséria do Mundo”.

É um pouco no mesmo espírito (suponho) que o Graal, a partir de um projecto “Para Uma Sociedade Activa”, e após a publicação de um manifesto intitulado “O modo como vivemos não é irremediável”, decidiu ouvir aqueles para quem o quotidiano é fonte de desconforto ou mesmo desespero. Primeira sessão em Ovar, segunda em Lisboa, na Assembleia da República, ambas presididas por Maria de Lourdes Pintasilgo.

A pergunta fundamental é: “Será inquestionável o modelo actual de organização do trabalho, que afinal desorganiza as nossas vidas, sacrificando a família e o lazer para garantir o emprego?”

Organização do trabalho — isto é, questão do tempo disponível, questão do sentido das tarefas que se executam, questão das relações de autoridade, questão das relações de concorrência, questão do percurso residência-trabalho, questão do ânimo que resta para sentir prazer no que se faz, questão de ser ainda capaz de ouvir os outros, questão de ter ainda no corpo reservas de amor e alegria.

Disto não falam os capitalistas — interessa-lhes somente a competitividade e os desafios da globalização. Não falam disto nem sequer porque usufruam de tais benesses. Tornaram-se tão pobres — humanamente — que disto já nem a falta sentem. ■

PÚBLICO

28 ABRIL 1998

TRABALHO E FAMÍLIA

Conciliação exige melhor formação de gestores

Em duas audições públicas, mulheres e homens questionaram as actuais condições de vida

MANUELA ALVES

As associações patronais podem ter um importante papel na mudança de mentalidades necessária à conciliação da vida profissional com a vida familiar. A recomendação foi ontem expressa pelo empresário Luís de Carvalho, 46 anos, na audição pública que decorreu na Sala do Senado da Assembleia da República, no âmbito do projecto «Para Uma Sociedade Activa». Elaborado pelo Graal com o apoio da SEIES, Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, e do Incoop, Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo, o projecto «Para Uma Sociedade Activa» inscreve-se no IV Programa para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres, da Comissão Europeia.

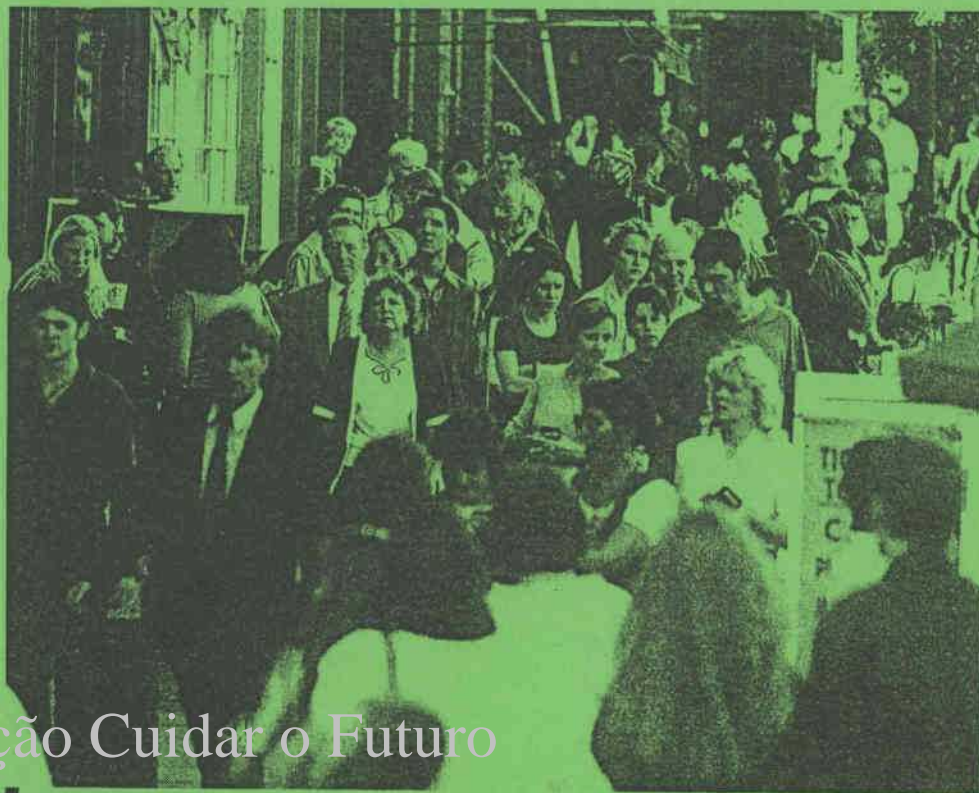
Luís de Carvalho (Lisboa, sector imobiliário) e Fátima Neves (Fátima, restauração e similares) foram os dois empresários que abordaram «outras formas de organizar o trabalho». Ambos licenciados, ele pelo ISCTE em Sociologia do Trabalho, ela pelo Instituto de Serviço Social, expuseram as medidas adoptadas nas respectivas empresas para facilitar a vida aos empregados, as quais se poderão resumir à flexibilização de horários e facilidades quanto à

vida familiar, nomeadamente em casos de doença ou outros problemas graves.

Luís de Carvalho sublinhou a importância da formação superior dos empregadores e exprimiu o desejo de as universidades serem chamadas também a dar o seu contributo neste campo, incluindo nos cursos a vertente tão importante da formação humana, particularmente nos cursos de economia e gestão, dos quais saem os modernos gestores.

A pergunta do sociólogo Alfredo Bruto da Costa – um dos questionadores da audição de ontem – sobre se, ao actuarem assim, se sentiam mais próximos da perspectiva paternalista ou da cidadania, Luís de Carvalho respondeu: «Provavelmente estamos a funcionar nas duas perspectivas.»

O contributo do movimento associativo foi abordado por duas mulheres, a arquitecta Ana Salta e a presidente da CERC de Lisboa, Julieta Sanches, tendo ambas enaltecido a importância da solidariedade proporcionada pelas associações a que estão ligadas, em momentos difíceis das suas vidas. Bruto da Costa voltou a colocar uma pergunta fundamental a duas responsáveis por famílias monoparentais, embora com características diferentes, tendo no entanto avisado que era



UNÂNIMES. Toda a gente se queixa do excesso de «stress», mas em Portugal o fardo mais pesado ainda é o da mulher

Fundação Cuidar o Futuro

melindrosa. A pergunta foi, sucintamente: foi melhor ou pior terem ou não homem em casa? Julieta Sanches não hesitou em responder que lhe tinha sido muito mais fácil decidir sozinha; Ana Salta considerou aspectos positivos e negativos da vida familiar

monoparental. Na audição presidida por Maria de Lurdes Pintasilgo, em que estiveram também presentes, como questionadores, além de Bruto da Costa, Adelino Gomes, Augusto Santos Silva, Helena Costa Araújo, Maria das Dores Guerreiro e Teresa Joaquim, fo-

ram ainda abordados os temas «Os jovens», «Imigração», «A Escola», «A vivência familiar».

A primeira audição pública no âmbito do projecto «Para Uma Sociedade Activa» decorreu no sábado, na Biblioteca Municipal de Ovar, com a participação de mulheres e homens de Braga, Porto, Aveiro e respectivas regiões. Segundo Fátima Grácio, uma das organizadoras, «foi unânime a convicção de que é impossível continuar a trabalhar tanto».

O primeiro testemunho, de um engenheiro de marketing, exprimiu exactamente essa ideia. Necessidade de reduzir e flexibilizar horários de trabalho e de uma repartição mais justa dos lucros da empresa pelos trabalhadores, para que mulheres e homens possam ter mais qualidade de vida, foram duas ideias constantes nos testemunhos.

Crise passa pela família e pelo trabalho

Nada pode continuar como dantes. Esta frase, embora «feita», traduz a conclusão mais abrangente das duas audições públicas realizadas no âmbito do projecto «Para uma Sociedade Activa». Por outras palavras, novas formas de viver e de pensar estão a acontecer e esse é um novo aspecto da democracia a ser explorado. As mudanças implicam riscos.

O intercâmbio das experiências vividas noutros países europeus é muito importante para o futuro do processo que estamos a viver em Portugal.

A análise e a síntese do que foi dito ficará registado em cadernos temáticos e dará origem à elaboração de medidas a apresentar aos poderes instituídos em Portugal e à Comissão Europeia, até Junho.



“Conciliação da Actividade Profissional com a Vida Familiar”

Sob este tema decorreram duas audições públicas promovidas pelo GRAAL - Movimento Internacional de Mulheres, SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social e o INSCOOP - Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo, em Ovar no dia 18 de Abril, na Biblioteca Municipal e em Lisboa na Assembleia da República, no dia 21 de Abril, presididas por Maria de Lourdes Pintasilgo.



Fundação Cuidar o Futuro

A iniciativa faz parte do Projecto “Para uma Sociedade Activa”, em que o objectivo foi o de lançar um debate para sensibilizar e responsabilizar os homens e mulheres da necessidade de se fazerem mudanças ao nível dos modelos da vida familiar e do conceito de trabalho.

Forum escolhidos como instrumentos, a publicação de um MANIFESTO intitulado “O modo como vivemos não é irremediável” e a realização de AUDIÇÕES públicas. Nestas a sociedade civil fez-se ouvir testemunhando a sua experiência sobre várias questões que ensombram o nosso quotidiano, das quais se destacam:

- Os jovens “Como gerir a procura do primeiro emprego, a insegurança no trabalho e a vida familiar e cívica?”
- Trabalho em meio urbano e em meio rural
- “Outras formas de organizar o trabalho”
- Contributo do Movimento Associativo
- “Como criar alternativas e apoios sociais facilitadores da conciliação?”
- Imigração “A diferença como acréscimo às dificuldades de conciliação?”
- A Escola “Factor facilitador de conciliação?”
- A Vivência Familiar “A partilha de responsabilidades - diferentes visões”

Finda a apresentação dos testemunhos e as respostas às questões colocadas, o eco das vivências trazidas abriram a todos nós *novas pistas para a conciliação*.

O importante é termos a consciência de que todas estas questões nos afectam e que pela nossa acção pessoal e colectiva vamos contribuir para as mudanças necessárias.

Para que possamos ter conhecimento dos pontos tratados no MANIFESTO e assim reflectir nesta matéria tão importante para nós próprios e para a sociedade, passamos a transcrevê-lo:

O Modo como vivemos não é irremediável!

Torna-se hoje cada vez mais visível que conciliar a vida privada com a vida profissional e pública é uma questão-chave para a organização da sociedade em termos mais justos e é condição essencial à realização de uma democracia verdadeira.

Para quantos e quantas de nós a compatibilização das responsabilidades familiares e das responsabilidades profissionais é uma preocupação constante, um esforço repetido dia-a-dia, tão desgastante que quase apagou em nós o desejo de mudança?

Conciliação entre a vida familiar e a vida profissional dos homens e das mulheres

E quando chegamos a casa?

Felizmente para todos os que a ouviam, Fátima Carvalho não precisou das palavras habituais, como "sensibilização" ou "flexibilização", para explicar o que queria dizer. Em tudo foi claríssima. Casada, mãe de dois filhos, trabalha numa corticeira de Lourosa, no concelho da Feira, onde, para além da indústria da cortiça, predomina a do calçado.

É uma zona, descreve a operária, de baixos salários, onde as leis laborais na prática "quase não existem" e a intervenção dos sindicatos deixou de abalar minimamente os empresários. A carga horária semanal, já de si "excessiva", juntam-se as horas extraordinárias, geralmente "impossíveis de recusar", por medo de represálias e porque representam um acréscimo aos magros salários que entram em casa no final do mês.

Em situações como a gravidez, a maternidade ou o aleitamento, o atropelo aos direitos "é constante". "As mulheres ou desconhecem ou têm receio de exigir os direitos que lhes assistem". Mas a capacidade reivindicativa esmorecida e a desmotivação não se confinam ao interior das fábricas — estendem-se à participação na vida pública em geral. No concelho, contou, foram aliás precisos 24 anos de democracia para uma mulher ser eleita vereadora.

Também nas medidas que sugeria para tornar melhor a vida dos homens e das mulheres Fátima Carvalho foi muito clara. Clara e pragmática, pediu: que o tempo da licença de parto fosse aumentado para um ano, podendo o casal escolher qual dos dois ficaria a tomar conta do filho a partir dos três meses; que as autorquias criassem espaços de lazer para

as crianças, para que os pais pudessem respirar um pouco; que a criação de salas e jardins fossem obrigatórios em todos os conjuntos de blocos habitacionais onde cada um geralmente chega e não tem mais nada para fazer a não ser enfiar-se no seu "casulo"; e que os pavilhões desportivos tivessem a porta aberta a todos os que quisessem utilizá-los e não apenas àqueles que podem alugá-los por umas horas.

Fátima foi a voz de um dos dez testemunhos apresentados no sábado passado, em Ovar, durante uma audição pública sobre os problemas da conciliação entre a vida familiar e a vida profissional dos homens e das mulheres. A iniciativa, que hoje se completa com uma segunda audição, na Assembleia da República, cabe ao projecto da Fundação Cuidar o Futuro, promovido pela associação Graal em colaboração com a Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social (SEIES) e o Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo (INCOOP).

As audições, presididas por Maria de Lourdes Pintasilgo, correspondem a uma segunda fase deste projecto que vai prosseguir até ser elaborado e apresentado, junto das entidades competentes, "um mapa de medidas que contribuam para a tomada de decisão nos vários níveis dos poderes públicos".

Numa primeira fase foi publicado um manifesto tendo como título: "O modo como vivemos não é irremediável". O texto, subscrito por dezenas de homens e mulheres, defende que é indispensável mudar a forma como pensamos e questionar a forma como vivemos. E lança várias perguntas: "Será inquestionável o modelo actual de organização do trabalho que afinal desorganiza as nossas vidas sacrificando a família e o lazer para garantir o emprego?" é uma delas.

Não é irremediável

Maria de Lourdes Pintasilgo foi prudente ao pedir, antes do início da sessão de Ovar, que não se caísse numa lamentação pegada. Nem sempre é fácil evitá-lo quando se convidam pessoas oriundas de várias regiões e de sectores de actividade distintos a falar das dificuldades que sentem para ter uma vida minimamente equilibrada, que não se esgote no trabalho. O problema é geral: não lhe escapa o quadro executivo da empresa, que entra de manhã e sai à noite, quando já toda a gente jantou e os filhos já pegaram no sono;

não lhe escapa a operária que não ganha o suficiente para pôr os filhos no creche infantil e tem que fazer horas extraordinárias com medo que o patrão, que a requisita sem aviso prévio, a ponha na rua; não lhe escapam todos os homens e todas as mulheres que simplesmente deixaram de ter tempo livre. "Quem somos nós quando, ao fim de um dia de trabalho, regressamos a casa?", perguntou-se às tantas na biblioteca municipal de Ovar.

Para além de Pintasilgo, coube a Adelino Gomes, Augusto Santos Silva, Alfredo Bruto da Costa, Helena Araújo, Heloísa Perista e Teresa Joaquim interpelar os convidados que apresentaram os seus testemunhos, fruto, na maior parte das vezes, de reflexões em grupo em torno do manifesto. Como era de esperar, os elementos trazidos por um grupo heterogéneo foram diversificados.

Enumerar as conclusões seria exaustivo. Mas há ideias que vale a pena registar. Como a da necessidade de redefinir o trabalho e pensar novas formas de organização (redução de horários, teletrabalho) e a criação de uma nova cultura empresarial que tenha em conta as responsabilidades familiares dos seus trabalhadores. Ou ainda a importância dos incentivos para as empresas que encontrem soluções facilitadoras e a urgência de esquemas e infraestruturas de apoio, seja às crianças, aos idosos, aos homens ou às mulheres.

Hoje, na Assembleia da República, são esperadas contribuições sobre temas tão diferentes como a procura do primeiro emprego, o movimento associativo, os empresários, a imigração, a escola e a vivência familiar. As pistas de trabalho recolhidas durante todo o dia serão tidas em conta por aqueles que acreditam que "o modo como vivemos não é irremediável". ■

Barbara Simões

PARA UMA
SOCIEDADE
ACTIVA



A sociedade activa e os seus inimigos

Augusto Santos Silva



O quinto inimigo da sociedade activa é a passividade, está na preguiça, na dependência, na demissão, no desinteresse, no medo de sermos protagonistas.

O artigo 59º da Constituição da República Portuguesa, relativo aos direitos dos trabalhadores, consagra o direito à "conciliação da actividade profissional com a vida familiar". Deve ser dos direitos cuja realização se tem revelado mais difícil — crescentemente mais difícil — e, contudo, é um dos mais importantes. Não só dos trabalhadores, mas de toda a gente, e não só a conciliação da actividade profissional com a vida familiar, como, mais geralmente, a articulação harmoniosa da esfera pública e da esfera privada da existência social.

Está em curso uma acção sob o lema "Para uma Sociedade Activa" promovida pelo movimento GRAAL e destinada a trazer a questão para a agenda sociopolítica e suscitara, em torno dela, uma iniciativa comum. Já em 1997 foi divulgado o respectivo Manifesto, intitulado "O modo como vivemos não é irremediável" e cujas expressões fortes são: "É indispensável mudar a forma como pensamos e questionar a forma como vivemos. É indispensável continuar a questionar os papéis sociais tradicionalmente atribuídos aos homens e às mulheres. É indispensável para todos iguais oportunidades de participação na vida pública e na vida privada. É indispensável lutar por um mundo (que não ignora a existência de) em que as mudanças acontecem por decisão das instâncias do poder e pela força do querer das mulheres e dos homens".

Nos últimos dias, decorreram duas audições públicas integradas nesta acção: uma, no passado sábado, na biblioteca municipal de Ovar; a outra, anteontem, na sala do Senado da Assembleia da República. Dezenas de mulheres e homens testemunharam quer a vivência de constrangimentos e bloqueios na harmonização das obrigações profissionais, dos papéis pessoais e da participação cívica, quer o desenvolvimento de projectos de vida que materializam a ideia de partilha e responsabilidade familiar co-

mun e a implicação nos assuntos colectivos. Foram denunciadas injustiças, foram apresentadas reivindicações, foram formuladas propostas e relatadas experiências de transformação. Em particular, o depoimento de Marta Baesso, cabo-verdeana, residente em Palmela, deveria ser leitura básica nas escolas portuguesas.

As situações são muito diversas e não podem ser apressadamente dissolvidas numa totalidade singular. O operariado feminino das indústrias do vestuário, do calçado ou da cortiça confronta-se tantas vezes com a brutal negação dos mais elementares direitos, no passo que as formas de exclusão dos quadros de uma vida privada equilibrada são mais subtis; e na educação é possível identificar claros sinais e caminhos de mudança positiva na relação entre os géneros. Mas não deixa, por isso, de se poder e dever destacar umas quantas linhas de força.

A primeira é, sem dúvida, a profunda e persistente assimetria nos recursos, estatutos e oportunidades socialmente disponíveis a homens e a mulheres. Essa assimetria torna impensável progredir para uma sociedade activa sem lutar pela paridade entre os géneros. O primeiro grande inimigo da sociedade activa é a desigualdade sexual.

A segunda linha de força é o contraste entre o que os cidadãos pretendem e a realidade e as condições concretas em que são cumpridos. A distância entre o que a Lei prevê e a realidade das coisas chega a ser brutal, dada a frequência em que os direitos são pura e simplesmente negados — o que ocorre com particular intensidade no que respeita aos direitos destinados a proporcionar a vida familiar, o acompanhamento dos filhos, a protecção da saúde, o lazer, etc. O segundo grande inimigo da sociedade activa é a brutal disparidade entre o país legal e o país real — e logo, também, a fixação jacobina na ideia de que basta engenharia legal para mudar a sociedade.

A terceira linha de força é o modo como

as desigualdades segundo o género se cruzam e reforçam com as desigualdades segundo a geração, a zona de residência, o grupo socioprofissional ou a instrução. O que não deixa de acentuar a especial responsabilidade das mulheres e dos homens que gozam de um estatuto social favorecido, para demonstrarem empenho e forçarem mudanças, nas suas áreas de influência. O terceiro grande inimigo da sociedade activa é a indiferença prática e cúmplice das diversas elites pela clivagem entre o público e o privado, mesmo quando retoricamente a contestam.

A quarta linha de força é a profunda ligação entre a estrutura do trabalho, do mercado de emprego e das carreiras profissionais e o esmagamento dos laços interpessoais, dos afectos e das aspirações. O quarto inimigo da sociedade activa é o conservadorismo de todos quantos, sejam eles governos, corporações, empresas ou sindicatos, se opõem, ostensiva ou passivamente, às transformações urgentes nas relações de trabalho, à valorização dos serviços não mercantis, à partilha do emprego.

A última linha de força é a nossa responsabilidade comum na recriação do quotidiano. As coisas estão a mudar, e depressa, não podemos ficar presos dos entendimentos tradicionais e separados da família, da profissão, da acção cívica e política. A mudança exige a implicação de autoridades e de cidadãos, do Estado e das organizações cívicas, de todos quantos se dispõem a formar e usar as suas capacidades. O quinto inimigo da sociedade activa é a passividade, está na preguiça, na dependência, na demissão, no desinteresse, no medo de sermos protagonistas, e não meros clientes mais ou menos reivindicativos.

O 25 de Abril está próximo, o tempo é de festa. Mas não esqueçamos que, como diz o Manifesto, "conciliar a vida familiar e privada com a vida profissional e pública é condição essencial à realização de uma democracia verdadeira". E quem poderá realizá-la, se não formos nós? ■

O FIO DOS DIAS

29 Quarta

AO ABRIGO de um programa comunitário e assente num projecto mobilizador («Sociedade Mais Activa»), o Movimento Graal foi ao terreno tentar perceber se era ou não «irremediável» levar a desconjuntada vida que se leva e possível «conciliar» vida privada e profissional. Lurdes Pintasilgo presidiu — e animou — as duas audições públicas. Estive na de Lisboa onde aconteceu o que sempre acontece quando se devolve a palavra às mulheres e elas narram a vida no feminino: uma lição.

Estavam homens e mulheres mas elas deram o tom («o meu orçamento de tempo é ainda mais apertado que o financeiro»), descendo sem autocompaixão ao «real» com aquela lucidez que dispensa os estados de alma de quem tem de enfrentar e resolver as questões. Através destes quotidianos com rosto, ficou claro que, para «alterar os papéis tradicionalmente atribuídos aos homens e mulheres», modificar o «entendimento do trabalho» e lutar por «igualdade de participação na vida pública e privada», é necessária outra cultura e novas mentalidades.

Isso, «mudar» a cabeça. A mudança irrompeu já por dois alicerces fundamentais das sociedades, a família e o trabalho. Essa mudança foi tão grande que não sabemos bem do que falamos quando falamos de «família». Ou quando invocamos essa realidade subitamente preceitosa chamada «trabalho»: deixou de haver certeza ou sequer garantia de emprego. São dois exemplos. Mas se não mudamos, se não mudarmos, este novo, inerte, global e móbil mundo fê-lo-á por nós.



MARIA JOÃO AVILLEZ

Expresso

quer aprender como é que ela se faz quotidianamente. E que sabe ainda pouco como articular a lei e a vida, os direitos e os deveres, em suma a aprendizagem da cidadania, da palavra pública sobre si própria e sobre os outros.

Uma comunidade - como foi dito na Audição Pública em Lisboa - que não sabe, que esquece as tarefas de suporte que, por exemplo, as mulheres imigrantes realizam. "Difícil imaginar o funcionamento da cidade [de Lisboa] sem elas", implicando pois repensar a cidade, deste modo repensando a comunidade.

A importância do projecto «Para uma Sociedade Activa» deve ser entendida no âmbito do contexto social, político, cultural. O nome do projecto indica já uma atitude de afirmação, de pensar, ver para mudar, sendo esta atitude afirmativa ainda mais importante no contexto da sociedade portuguesa definida como tendo uma "sociedade civil fraca" (BSS¹), em que não existem (ou raros ou pouco expressivos) novos movimentos sociais, como feminismo, ecologia, etc.

O projecto insere-se pois, para mim, neste contexto de renovação do pensamento sobre a sociedade portuguesa, tentando pensar as suas exclusões, as suas oposições. Tentando pensar o quadro da própria vida, as suas coordenadas: os tempos (trabalho, lazer, família, política, etc.) e alguém referiu o Eclesiastes como a necessidade de um tempo para cada coisa reencontrando ritmos que sejam humanos. Este tempo reclamado: "não era capaz de prescindir de ver a Maria crescer" ou "quem somos nós no fim de um dia de trabalho ... que ser humano resta em nós quando aportamos a casa, que tempo resta para a ternura?"

Outra coordenada: O(s) espaço(s) e



as suas distâncias (casa, trabalho, escola). O(s) espaço(s) e o cuidado (de si, dos outros, do tempo). O espaço e o trabalho em conjunto: mudar o lugar em que se trabalha e onde não há tempo para se ir à casa de banho. O lugar em que se vive: o bairro que se torna lugar de encontro e criação de outros percursos e actividades.

O espaço íntimo e o tempo para ver a paisagem, o "não quero ficar solitário, não quero parar de aprender". Tudo isto foi dito nas Audições Públicas, constituindo um movimento que ganhou força, intensidade, que deseja prosseguir, em que se pretende, por exemplo, a releitura do Manifesto a partir destes testemunhos: um texto reformulado propondo outros horizontes, outras gentes (grupos) e questões.

Agora: "como se leveda uma sociedade?" Como valorizar o que não tem valor neste modelo de sociedade, por exemplo, Como mudar? O que é preciso fazer?

Retomando vozes, palavras como esta: "tenho uma grande necessidade de aprender, de ser outra pessoa, (...) o meu pai ensinou-me as letras a escrever com o dedo no chão, nunca mais me esqueci..."

Talvez que o que agora se pôs em marcha tenha a ver com este desenho frágil, na areia aprender a escrever o seu nome, a descobrir os contornos entre privado e público, trabalho e família, os homens e as mulheres, de um outro modo. A própria política no sentido de uma comunidade que se vê, se apreende de modo dinâmico, em espaços múltiplos.

Deste modo frágil, desenhando um gesto no chão que ficou marcado para sempre.

Assim o que aqui se iniciou.

Assim o projecto.

¹ Boaventura de Sousa Santos (N.E.)



OS ECOS DAS AUDIÇÕES PÚBLICAS não se limitaram à imprensa e às numerosas e calorosas reacções de quem tinha ido assistir ou apenas tinha ouvido falar. Nos dias 5 e 6 de Junho realizou-se, no Terraço, o Seminário de Avaliação Final dos dois anos de Projecto. Participaram 26 pessoas em vários momentos desse fim de semana. Mulheres e homens que estiveram envolvidas(os) no Projecto a vários níveis e em diversas etapas. Foi uma ocasião para, de uma forma mais sistemática, tirarmos algumas conclusões, avaliarmos o passado e projectarmos o futuro. Não cabe neste pequeno espaço tudo o que foi dito naqueles dois dias de trabalho, por isso optamos por citar duas das intervenções que nos parecem mais significativas:

"(...) As Audições Públicas são uma etapa num processo de conscientização (...) Com as Audições Públicas as pessoas puderam ganhar um novo poder. Já fiz mais de 1000 conferências neste país e não sei o que é que fica - o que fica é só o que pode ser realizado através da pessoas (...) o empoderamento da cada uma das pessoas que intervêm. Cheguei a perguntar-me se a metodologia [na realização da A.P.] resultaria, dado o carácter muito encenado. Mas não, resultou muito bem. A crítica das italianas [representantes dos dois projectos italianos parceiros, que participaram nas Audições Públicas] foi esta: «foi tão bem encenado que só precisava do realizador do filme»"¹

"Não estou aqui para interferir no vosso trabalho, mas pergunto-me se posso fazer algumas observações. Em Bruxelas [DGV] a ideia da primeira fase do Projecto era que tinham uma tarefa bem definida: fazer um Manifesto e recolher assinaturas. Quando se vê de perto, como eu agora, percebe-se que estavam a fazer qualquer coisa mais subtil, mais interessante e complexa. Estavam a começar um processo que ia continuar por anos e que ia envolver o país, abordando-o de três formas diferentes: mulheres e homens, fazedores de opinião e decisores. Tal como o esquema delineado para o vosso futuro trabalho (...): continuar o processo de "empowerment"; maximizar o impacto junto dos media, etc.; providenciar o diálogo com os decisores políticos (implicações políticas). (...)

As Audições Públicas traduziram-se numa mina de ouro - não percam a paixão e a disponibilidade criada nas pessoas. Parabéns!"²

Fundação Cuidar o Futuro

¹ Maria de Lourdes Pintasilgo, mentora do Projecto, presidente da mesa de questores nas Audições Públicas

² Diana Robbins, avaliadora externa da ANIMA (assistência técnica do IV Programa para a Igualdade de Oportunidades)

TEMPOS E CONTRATEMPOS

O projecto "Para uma Sociedade Activa" decorreu durante a 1ª fase - Outubro 96 a Junho 98 - com o apoio financeiro do IV Programa para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres da DGV - Comissão Europeia e de outras entidades a nível nacional cujo co-financiamento foi precioso. Em Março de 98, o Projecto apresentou candidatura para outros dois anos de co-financiamento ainda no

âmbito do mesmo programa. Esta candidatura foi considerada válida num primeiro escrutínio, mas acabou por não ser seleccionada por falta de verba. A equipa do Projecto está fortemente empenhada na obtenção de outros financiamentos a nível internacional. Para já a «mina de ouro» só poderá ser explorada mediante novos apoios e patrocínios nacionais.


Promotor:

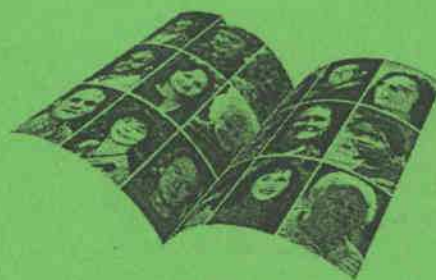
GRAAL - R. Luciano Cordeiro, 24 - 6º A
1150 Lisboa Tel: 3546831 Fax: 3142514

Parceiros:

SEIES, INSCOOP, GRALSTÄNK (Suécia), Leeds Animation Workshop (Reino Unido), Progetto Donna (Bolonha, Itália), Università delle Donne (Milão, Itália)

Patrocinadores:

 CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Ovar, Fundação Calouste Gulbenkian, Diário de Notícias, EDP, EXPO 98



**ALCANÇAR JUNTOS A IGUALDADE
DE OPORTUNIDADES**